

Superior Tribunal de Justiça

PETIÇÃO Nº 13.142 - RJ (2019/0347529-0)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
REQUERENTE : C H R
ADVOGADO : ALAN HENRIQUES RIBEIRO RIOS - RJ170104
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de petição PET 13142-RJ ajuizada em 19/11/2019 pela defesa de **C.H.R.** em que se insurge contra a determinação de imediata expedição de mandado de prisão contra o réu- que recorreu em liberdade - para início de cumprimento de suas penas após o julgamento dos embargos de declaração pela Corte de origem nos autos da Apelação nº 0001097- 42.2010.8.19.0014.

Assevera que "Como é público e notório foi proclamado no dia 07/11/2019 o novel entendimento do Excelso Egrégio Supremo Tribunal Federal, que por ocasião do julgamento simultâneo das Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADC) 43, 44 e 54, por maioria decidiu que o cumprimento da pena só poderá ocorrer após serem esgotadas todas as possibilidades de recurso (trânsito em julgado), tendo em vista o efeito vinculante de eficácia erga omnes, de observância obrigatória por todos os Tribunais do País." (e-STJ, fl.9).

Aduz, ainda, que "o Peticionante claramente encontra-se enquadrado na moldura fática delineada no novo entendimento do Supremo Tribunal Federal, em razão de condenação não transitada em julgado, que o seu encarceramento não está fundado em nenhuma das hipóteses previstas no artigo 312 do CPP, o que torna imperioso dar-se imediato cumprimento a decisão emanada da Suprema Corte." (e-STJ, fl. 9).

Ao final, requer a "sustação da ordem de prisão com base no no Acórdão da 8ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que determinou de forma automática a expedição do mandando de prisão em face do Peticionante, bem como o seu consequente recolhimento, tendo em vista o novo entendimento firmado pelo Excelso Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento simultâneo das Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADC) 43, 44 e 54" (e-STJ, fl. 9).

É o relatório.

Decido.

O pedido não merece conhecimento porquanto configura-se reiteração do pleiteado na PET 00766258/2019 apresentada nos autos do HC 534.485-RJ, da minha relatoria, em curso nesta Corte Superior.

Ante o exposto, não conheço do pedido, nos termos do art. 34, XVIII, "a", do RISTJ.

Publique-se. Intimem-se.

Comunique-se ao Ministério Público Federal.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator

